

EPC: para entender a comunicação contemporâneaSamária Araújo de ANDRADE¹**Resumo**

O presente artigo reflete sobre o potencial explicativo que a Economia Política da Comunicação (EPC) apresenta para os fenômenos de comunicação contemporâneos, quando os meios de comunicação ganham dimensão central, produzindo conteúdos sujeitos a diferentes forças e quase sempre desregulamentados. Para isso investiga a matriz teórica da EPC expondo pontos fundamentais como a definição de Economia Política, a passagem de “Economia Política” a “Economia”, a abordagem de algumas de suas escolas e a distinção geográfica proposta pela EPC, os fenômenos que justificam a aproximação de Economia Política e Comunicação e a variedade de temas que a EPC tem estudado.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação. EPC. Economia Política. Meios de Comunicação.

1. Introdução: potencial explicativo para fenômenos contemporâneos

Operando como dinâmicas indústrias culturais, instituídas sob o signo do capitalismo global, especialmente nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, os meios e produtos de comunicação contemporâneos podem encontrar na teoria da Economia Política da Comunicação (EPC) potencial explicativo para análises sobre produção, circulação e consumo de conteúdos, uma vez que a EPC se interessa em estudar os meios de comunicação e os conteúdos produzidos, distribuídos e consumidos sob a ação de forças diversas, e que se relacionam com processos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Para refletir sobre o potencial explicativo da EPC para estudar os atuais fenômenos de comunicação faz-se uma investigação sobre a matriz teórica da Economia

¹ Mestranda em Comunicação na Universidade Federal do Piauí (PPGCOM – UFPI), Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: samaria.andrade@hotmail.com

Política, seguindo um trajeto que se inicia com o surgimento e definição do termo Economia Política, ainda no século XVII. “Economia Política” é o nome de origem da disciplina “economia”, por isso julga-se importante abordar a questão da passagem do termo “Economia Política” para “Economia”, verificando-se o fortalecimento deste último, com a tendência de concentração nos aspectos econômicos.

Em seguida, discute-se sobre as várias escolas de Economia Política, verificando-se que algumas adotam posturas mais funcionalistas e pragmáticas e outras seguem caminhos mais críticos - posições situadas pelos estudiosos como mais à direita ou mais à esquerda do pensamento da disciplina. Argumenta-se ainda que quando se refere à Economia Política da Comunicação as distinções entre diferentes tendências de estudo também podem ocorrer com base geográfica, ou seja: dependem de que região do planeta – e portanto do contexto - onde esses estudos estejam sendo produzidos.

Para finalizar, o artigo dá ênfase à aproximação da Economia Política com a Comunicação - o que se justifica com o crescimento das indústrias da mídia no século XX- e discorre sobre a diversidade de temas que a EPC tem estudado.

As argumentações apresentadas destacam os estudos em EPC como linha teórica interdisciplinar, não exclusiva e que, portanto, pode aliar-se a outros estudos, na tentativa de compreender a produção dos meios de comunicação e os produtos de comunicação postos em circulação por estes contemporaneamente, resultantes da operação de numerosas forças.

2. Para uma definição

O termo “Economia Política” surge no século XVII, sendo utilizado para definir o estudo das relações de produção, acumulação, circulação e distribuição de riquezas, entre as classes da crescente sociedade burguesa: capitalistas, proletários e latifundiários. Pelos registros, o francês Antoine Montchrétien, autor de “Tratado da Economia Política” (1615) foi o primeiro a usar a expressão, fazendo observações e recomendações que tinham como objetivo o enriquecimento do reino (SCHUMPETER, 1964).

Economia Política torna-se o nome da nova ciência que surge no século XVIII, no processo da Revolução Industrial e consolidação do modo de produção capitalista na Europa. Serve, em parte, para explicar, justificar e fomentar o capitalismo nascente e os benefícios de se separar política (vinculada a um Estado conservador) e economia (baseada na crescente classe industrial). Considerava como ineficiente e improdutivo um mercado que necessitava de uma ajuda forte do Estado. Por isso foi um poderoso braço do liberalismo e, de início, progressista, defendendo a libertação das pesadas leis do Estado e acreditando que o mercado se autoregularia de forma mais justa.

No entanto, quando a burguesia industrial consolida sua hegemonia, a nova ciência revela-se um instrumento de justificação de um sistema de poder que também é desigual e baseado na exploração do homem. Por isso Marx promoveu uma crítica da Economia Política, afirmando ser fundamental conhecer os mecanismos de funcionamento da nova lógica social, centrada na hegemonia do econômico sobre o político. A crítica de Marx altera o campo acadêmico da economia política. Mais tarde, grupos de estudo em diferentes países agregam parte significativa do pensamento crítico na matéria.

Para Marx, a questão mais importante sobre a qual a Economia Política deveria se debruçar era sobre como o capital se origina. Ele diz: “Na verdade, trata-se da questão de como o dinheiro (ou mercadoria, pois dinheiro é apenas a forma transformada da mercadoria), uma quantia de valor em geral, se transforma em capital ou então: como se origina o capital?” (2010, p.40).

Mosco (2009, p.48) define economia política como “o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos de comunicação”. O autor afirma que essa formulação é importante por chamar a atenção para as forças e processos fundamentais em funcionamento no mercado. Mas reconhece que as vezes é difícil diferenciar produtores, distribuidores e consumidores. Por isso aponta que uma definição mais abrangente e ambiciosa seria pensar economia política como “o estudo do controle e da sobrevivência na vida social” (2009, p. 49). Controle refere-se à

organização interna - são processos políticos - e sobrevivência diz respeito à reprodução e continuidade social – são processos econômicos. Para Mosco o valor dessa definição está em sua amplitude, permitindo que a Economia Política incorpore quase tudo o que é relativo a atividade humana.

De fato, a expressão “Economia Política”, que pode parecer restritiva à primeira vista, engloba várias dimensões da realidade social. De Paula (In MARX, 2010, p. 7) define a Economia Política como interdisciplinar e afirma que “ao se falar de economia política convoca-se um conjunto de outros conjuntos e mobilizam-se as determinações histórico-materiais da realidade social”.

Tradicionalmente a Economia Política tem dado prioridade a entender as mudanças sociais e transformações históricas. Mosco (2009, p.51) explica melhor o que isso significou ao longo do tempo:

Para os teóricos clássicos como Adam Smith, David Ricardo e John Stuarde Mill, significava compreender a revolução do grande capitalismo e a convulsão que transformou as sociedades baseadas primariamente no trabalho agrícola em sociedades comerciais, manufatureiras e finalmente industriais. Para os economistas políticos críticos como Marx significava examinar as forças dinâmicas do capitalismo responsáveis por seu crescimento.

Atualmente o termo Economia Política é usado para referir-se a estudos interdisciplinares que se apoiam em várias ciências: Economia, Sociologia, Direito, Ciências Políticas, na busca de entender como as instituições e os contornos políticos influenciam os mercados ou são influenciados por estes.

Uma forma de descrever Economia Política está em avaliar quatro pontos, definidos por Golding e Murdock (2000) como ideias centrais para esses estudos: 1) a transformação social, 2) a compreensão dos fenômenos dentro de sua totalidade social e não de modo isolado, 3) a filosofia moral e 4) a *práxis*.

Em relação a transformação social, a Economia Política a descreve como histórica. Clement e Williams (1987, p. 7) afirmam que a economia política é um campo de estudo que reconhece que “a mudança social se situa na interação histórica dos

momentos econômicos, políticos, culturais e ideológicos da vida social, junto à dinâmica baseada nos conflitos socioeconômicos”. Essa ideia defende que cada mudança social deve ser compreendida dentro de sua etapa histórica de desenvolvimento e que a economia mundial se desenvolve de maneira não-linear.

O segundo ponto, a totalidade social, afirma que os fenômenos não podem ser avaliados de modo isolado, mas devem ser estudados dentro de sua totalidade social, junto a outras forças, em sua realidade concreta, inclusive com os fatores integradores e com as contradições que constituem a vida social.

A filosofia moral se refere aos valores e as concepções das práticas sociais. Ela defende formas de viver que considera moralmente mais adequadas. Em geral, trata dos estudos dos comportamentos considerados os mais justos em uma determinada sociedade (MOSCO, 2009).

A última característica é a *práxis*. A palavra tem origem no grego antigo onde normalmente era usada para definir as atividades políticas e econômicas dos homens livres. Refere-se a atividade humana, especialmente a atividade livre e criativa, por meio da qual as pessoas produzem e modificam o mundo e a elas próprias. A Escola de Frankfurt se referia a *práxis* como ação. O trabalho é um tipo de *práxis*.

As quatro ideias centrais de Economia Política permitem supor que essa linha teórica tenha potencial para abordar questões centrais contemporâneas, quando se vive um tempo de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, e onde se faz necessário refletir criticamente sobre essas transformações, entendê-las como históricas e tentar interpretá-las dentro de sua totalidade social.

3. De economia política à economia.

No início do século XIX, os estudos com o nome “Economia Política” estavam consolidados e a expressão aparece no título de livros de inúmeros autores (David Ricardo, Thomas Robert Malthus, John Stuart Mill). Marx deu a “O Capital” (1867) o subtítulo de “Crítica da Economia Política”, alertando que o econômico estava se sobrepondo ao político nos processos históricos e sociais.

Marshall (1842-1924), no final do século XIX, foi quem primeiro abandonou a expressão “Economia Política” ao denominar seu livro simplesmente de “Princípios da Economia” (1890). A partir do final daquele século a expressão foi sendo progressivamente abandonada, adotando-se apenas o termo “economia”, que passou a contar com a preferência dos economistas para designar a sua ciência. Os defensores da economia manifestavam a vontade de usar métodos mais empíricos e consideravam a economia política por demais teórica e com métodos de análises muito abstratos para os novos tempos, mais pragmáticos, que se apresentavam.

O momento histórico atraía um número crescente de pensadores para os assuntos da economia e a ciência econômica ganha o *status* de uma área autônoma de conhecimento. Teixeira (2000, p.94) argumenta: “Com essa troca de nomes o sentido original do termo começou a se perder e foi sendo progressivamente esquecido”. Não se tratava apenas do surgimento de um novo nome, mas da ruptura – nas análises - entre o econômico e o político.

Muitos cursos acadêmicos que se chamavam “Economia Política” passaram a adotar apenas o nome “Economia”. Na América Latina, a eliminação da palavra “política” do título da graduação ocorre com os processos de militarização e ditadura que se abateram sobre esses países a partir dos anos de 1960 (ZAIAT, 2012). “Economia Política” passa a ser uma disciplina dentro do curso que se chama “Economia”, como até hoje permanece em vários países, inclusive no Brasil, formando-se economistas e não economistas políticos.

Eliminou-se não apenas a palavra, mas o viés político da disciplina, com a defesa de torná-la mais prática e, paradoxalmente, limitando-a na sua possibilidade de intervir e transformar a realidade de modo global. Tinha início o fortalecimento da corrente chamada ortodoxa do pensamento econômico. Era o começo da onda neoliberal a nível mundial e da formação de economistas definidos como neoclássicos, corrente conservadora que aposta em modelos explicativos técnico-matemáticos, negligenciando pontos que terminaram por ficar mais valiosos para a vertente crítica da Economia Política (refere-se aqui aos já citados mudança social e histórica, totalidade social, filosofia moral e *práxis*).

Quando promoveu a crítica da Economia Política, ainda no século XIX, Marx influenciou o florescimento do viés crítico que passa por fases de maior ou menor aceitação ao longo dos tempos, chegando até os dias de hoje. Muitos autores consideram que desde a segunda metade do século XX o viés crítico tem sido negligenciado e a interpretação conservadora dos acontecimentos econômicos tem sido dominante. Zaiat (2012, p.11) afirma que “a ortodoxia coincide com a ordem natural em um mercado livre” e que “um mercado livre é uma situação ideal”. Mas o autor alerta que uma situação ideal é um universo econômico inexistente.

Ao focar excessivamente no econômico, a Economia ortodoxa segue um raciocínio exageradamente matemático, desprezando os problemas sociais de cada momento histórico. Baran e Sweezy (1965, p.29) definem a Economia que emerge na segunda metade do século XX como “antihistórica até a medula”. As interpretações dos economistas conservadores constituem uma visão até hoje predominante nos noticiários dos meios de comunicação. A linha de notícias comumente veiculada adota um viés mais matemático e pouco social das questões econômicas.

Mas distinguir o econômico e sufocar o político não se revela tão simples. A realidade social é sempre mais complexa que esquemas de equações matemáticas. Essa evidência tem sustentado o viés crítico da Economia Política e vê-se essa corrente sendo retomada nos últimos anos, ainda que se admita que o viés conservador, que contou com aporte intelectual da academia neoliberal, continue dominante.

Zaiat (2012) diz que as correntes conservadoras tem estabelecido a hegemonia no debate econômico por várias décadas, contando para isso com apoio no mundo acadêmico e político. Porém, o mesmo autor afirma que nos últimos anos vários postulados ortodoxos têm sido questionados, reintroduzindo no cenário político questões como distribuição de renda, inclusão, fortalecimento do Estado e a cobrança sobre o seu papel de ordenador social. Por isso Zaiat (2012, p. 12) defende que o aporte crítico da economia política seja “essencial para abordar o complexo e apaixonante momento presente”.

4. Uma teoria, muitas escolas.

A Economia Política se divide em várias escolas de pensamento e uma variedade de pontos de vista que mantém um vigoroso debate interno. De uma maneira geral, os estudos se dividem em linhas de pensamento mais à direita, com postura liberal e funcionalista, que tendem a justificar as necessidades do mercado; e outras linhas de pensamento mais à esquerda, adotando uma postura crítica. Há algumas classificações distintas. Para refletir sobre as diferentes abordagens em Economia Política em vigência hoje, adota-se aqui a classificação usada por Mosco (1999; 2009), destacando-se algumas das mais significativas linhas de pensamento.

Uma abordagem ficou conhecida como economia neoclássica, em referência a economia política clássica de Smith e seus discípulos. Essa abordagem herdou o nome “economia”, num reconhecimento de que o econômico se sobrepôs ao político. Essa linha de pensamento valoriza a produtividade e a capacidade de aumentar o valor de mercado de um produto final. Ela dá ênfase ao indivíduo e ao mercado, defendendo a decisão individual como forma de expressão do desejo e da procura no mercado. É a que mais se afastou das preocupações com os quatro pontos centrais da Economia Política (mudança social, totalidade social, filosofia moral e *práxis*).

Uma outra abordagem, conhecida como economia política institucional, opôs-se a tendência dos economistas neoclássicos, atacando a concepção individualista como limitada. Esta abordagem adotou uma posição mais à esquerda, argumentando, por exemplo “que os condicionamento institucionais e tecnológicos condicionam os mercados a favor daquelas empresas e governos que têm o poder para os controlar” (MOSCO, 1999, p.101).

Ainda mais à esquerda, outra abordagem de estudos inclui as correntes críticas, como as neo-marxistas, que se caracterizam principalmente pela crítica ao modelo capitalista e por colocarem o trabalho no centro de suas análises.

Diferenciando as abordagens mais à direita das abordagens mais à esquerda, Mosco (2009, p.73) afirma: “A teoria clássica identificava as forças que davam

propulsão ao capitalismo, porém tendia a naturalizá-las. Marx buscou situar o capitalismo dentro do fluxo dialético da história”.

Mosco ainda destaca que os movimentos sociais geraram suas próprias escolas de Economia Política, como a feminista e a do meio ambiente. Para o autor essas subdivisões reafirmam o interesse da Economia Política em analisar a mudança social e a transformação histórica – alterações estas que nos últimos anos do século XX e início do século XXI incluem tentar compreender o declínio do comunismo, a estagnação e crise das sociedades capitalistas, o pós-modernismo e o surgimento de movimentos sociais que ultrapassam limites de categorias tradicionais como classe social (ambientalismo e feminismo, por exemplo).

Cada uma das abordagens ou tendências em Economia Política se divide em várias escolas de pensamento. As correntes mais à esquerda, como as linhas institucional e neomarxista, costumam ser as que mais se interessam em investigar a indústria das comunicações. O método adotado por essas correntes é o materialista histórico dialético. Dourado (2011, p.35) afirma que esse método se justifica nos estudos críticos “face à compreensão da realidade como, essencialmente, histórica, contraditória e mutante, porque submetida a contínuos processos dialéticos”. Golding e Murdock (2000, p.18-19) dizem que o que distingue a vertente crítica da economia política e a faz importante é que ela “vai além dos temas técnicos da eficiência para dedicar-se a questões básicas morais como justiça, igualdade e bem público”.

Quando se refere especificamente ao campo da Comunicação, as distinções entre diferentes tendências de estudo em Economia Política também podem ocorrer com base geográfica, ou seja: dependem de que região do planeta – e portanto do contexto - onde esses estudos estejam sendo produzidos. Para Mosco (2009) de acordo com a localização no mundo, as abordagens de Economia Política para a comunicação diferem o suficiente para serem tratadas de modo separado. Além disso, o autor afirma que “a abordagem da economia política à comunicação não está suficientemente desenvolvida teoricamente para ser explicada num único mapa analítico” (1999, p.102).

A distinção geográfica caracteriza os estudos em três grandes regiões: Estados Unidos, Inglaterra e outros países da Europa, e no que foi chamado por muito tempo

como terceiro mundo. Esta última categoria - dos países em desenvolvimento – engloba a América Latina, que tem ocupado local destacado como fonte e sujeito de investigação em EPC. Considera-se importante aqui apresentar algumas distinções geográficas no estudo, pois, ainda que não caracterizem escolas bem definidas dentro do campo da EPC, essas distinções influenciam os estudos e, por consequência, o pensamento em EPC nos diferentes locais do planeta.

De modo geral, a investigação norte-americana estuda a indústria da comunicação como integrante de uma ordem corporativa exploradora e antidemocrática. Essa linha defende o avanço de discussões de interesse público junto a órgãos reguladores do Estado. A investigação européia defende o serviço público dos meios de comunicação social. A investigação nos países latino-americanos tem se caracterizado pela crítica ao modelo desenvolvimentista, adotado por vários países no mundo pós Segunda Guerra Mundial, inclusive no Brasil. O modelo desenvolvimentista, gestado nos Estados Unidos e implementado sob a coordenação deste país em vários locais do mundo, defende a incorporação dos meios de comunicação como recurso que, junto com educação, urbanização e outras forças sociais, estimulariam o desenvolvimento econômico, social e cultural.

O ideal desenvolvimentista explica que as maiores companhias de comunicação tenham sido as grandes beneficiadas dos programas de modernização, recebendo grandes investimentos do Estado, estabelecendo vínculos com o capital e influenciando a aproximação entre meios de comunicação e empresas anunciantes, consolidando valores consumistas.

A investigação da EPC na América Latina tem se caracterizado especialmente pela crítica ao modelo liberal-desenvolvimentista e a teoria da modernização, que não cumpre o ideal desenvolvimentista e termina por gerar desigualdades, contribuindo para o aumento das diferenças entre ricos e pobres. Nos últimos anos os estudos de EPC nos países latino-americanos têm apoiado a radiodifusão pública e dado ênfase a questão da regulação dos meios de comunicação. A tradição de regular os meios de comunicação não existe na América Latina. Segundo Martin Becerra (2013) isso está relacionado com a forma de organização econômica e política, com a história e a cultura nos países

latinoamericanos. O autor acredita que a regulação dos meios de comunicação seja o caminho para uma comunicação mais democrática:

Se não se regula os meios de comunicação por lei, eles se regulam por outra via. É preferível que haja uma regulação que estabeleça garantias, com perspectiva de inclusão de setores com menos recursos. Quando a regulação não existe oficialmente, ela termina sendo exercida pelos setores mais poderosos. (BECERRA, M. Revista Revestrés, N 06, jan/fev. 2013)

O desenvolvimento dos meios de comunicação na América Latina guarda semelhanças dos modelos americanos e europeu, sendo mais fortemente influenciado pelo modelo comercial americano, dependente do Estado e das verbas dos anunciantes. Porém, diferentemente da Europa e mesmo dos Estados Unidos, na América Latina pouco se desenvolveram os meios públicos de comunicação. O modelo que mais vigorou nos países latino-americanos é resultante da aplicação da fórmula desenvolvimentista, quando os veículos, especialmente as televisões, foram vistos como agentes do desenvolvimento, estando a serviço do Estado e do crescimento econômico da região. Para Becerra (2013, no prelo), ainda que se considere as diferenças entre os países da América Latina, é possível identificar tendências comuns que contribuem para explicar o funcionamento dos meios de comunicação na região. O autor enumera:

Em primeiro lugar, a lógica comercial tem guiado quase sozinha o funcionamento do sistema midiático na América Latina; em segundo lugar, e de modo complementar, se comprova a ausência de serviços de meios públicos não governamentais com audiência real; em terceiro lugar, se destaca o alto nível de concentração no sistema de propriedade dos meios, liderado em geral por uns poucos grupos; e em quarto, há que se mencionar a centralização da produção de conteúdos nos principais centros urbanos.

De maneira geral, na América Latina, os meios de comunicação passam pelo crescente processo de concentração; pela propriedade cruzada, promovendo a intersecção de veículos de comunicação e outras formas de negócio; e pela ausência de uma cultura institucional de meios públicos não lucrativos que estimulem a diversidade.

5. A aproximação entre economia política e pomunicação

Para compreender como a Economia Política se aproximou da comunicação é útil avaliar dois fatores que teriam sido decisivos, segundo Mosco (2009): 1) as transformações provocadas pela estagnação econômica dos anos 1960 e 1970, que interrompe a expansão econômica pós Segunda Guerra e que gera uma crise mundial no modelo capitalista (produção em declínio, aumentos de custos, salários em queda, maior percepção das desigualdades, emergência de novas economias, como o Japão); e 2) as mudanças espaciais e estruturais que ocorrem a partir desse período. Inicia-se aí o que se convencionou chamar globalização, movimento assim definido por Fonseca (2005, p.33):

As empresas especializam-se e tornam-se internacionais ou multinacionais, enquanto os governos se enfraquecem como entes reguladores da economia e as estruturas de negócios se expandem com a revolução das tecnologias de informação e comunicação

Analisando de modo mais direto o que teria determinado o desenvolvimento de uma Economia Política direcionada à Comunicação, Mosco (2009) aponta a transformação da imprensa, da mídia eletrônica e das telecomunicações que, de empresas modestas, muitas vezes familiares, transformaram-se em grandes empresas de modelo industrial durante o século XX.

Mattelart e Mattelart (2010) localizam o início dos estudos de economia política voltados para comunicação nos anos de 1960. As primeiras pesquisas assumem a forma de um questionamento sobre o desequilíbrio dos fluxos de informações e produtos culturais entre os países situados de um lado ou outro do desenvolvimento. Esses estudos ficaram conhecidos como teoria da dependência cultural, depois questionada por se constituir em uma abordagem mecanicista, calcada numa visão dicotômica da realidade social e impossibilitada de ultrapassar o nível da denúncia.

A partir da década de 1970 a EPC fala de indústrias culturais, tirando o

termo do singular e propondo o plural, alertando para a necessidade de se penetrar na complexidade das diversas indústrias de produção simbólica (cinema, livro, música, TV, jornal, etc), com o objetivo de tentar compreender o processo crescente de valorização das atividades culturais pelo capital, o que se verifica de forma ainda mais intensa a partir do final do século XX.

Desde os últimos anos do século XX, os estudos trazem para o centro do debate em EPC a terminologia “indústrias culturais” e sua relação com o mercado, revisando o termo original e exigindo a atualização de conceitos. A produção de conteúdo nas várias indústrias culturais, geralmente influenciada pelos processos de mercantilização, passa a ser discussão em muitos estudos de EPC, especialmente em sua vertente crítica.

Se para Mosco (2009) o aparecimento das indústrias da mídia no século XX justificam a aproximação da Economia Política com a comunicação, para Fonseca (2005, p.33) o crescimento de sua vertente crítica “teria resultado do esforço de entender o processo de constituição das indústrias culturais na sua relação com o *marketing* e com processos econômicos e sociais mais amplos”.

Disciplina fronteira, a EPC configurou-se academicamente no Brasil somente no final do século XX (MARQUES DE MELO, 2011). Tal como a Economia Política geral, que se divide genericamente em blocos mais à direita e à esquerda, Melo (2011) propõe que como recurso didático podemos identificar duas grandes linhas de pensamento em EPC: uma pragmática e outra crítica. A pragmática termina por catalizar as abordagens mais sintonizadas com a preservação do sistema econômico hegemônico; e a “crítica” se constitui em uma abordagem mais preocupada em problematizar as estruturas vigentes, quase sempre inspiradas ou influenciadas pelo marxismo.

Ao fazer um resgate histórico da EPC no Brasil, Marques de Melo (2011) destaca como pioneiros dessa corrente de pensamento no país dois nordestinos: o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho e o alagoano Costa Rego. De Lima Sobrinho ele destaca as reflexões precursoras que se encontram em *O problema da imprensa* (1923). No livro, o capítulo “Industrialismo na imprensa” argumenta que o jornalismo deixou

de ser um “sacerdócio” para se converter em um “negócio”. Já Costa Rego (1929) reclama que a imprensa alagoana é dependente de subvenções do governo estadual para sobreviver, ora bajulano, ora chantageando esse poder.²

Contemporaneamente a EPC tem numerosos interesses temáticos, grande parte envolvendo as transformações contemporâneas advindas da reconfiguração capitalista de modo global, que se apresenta de forma mais visível a partir do final do século XX e tem como características principais o aumento da concorrência, a expansão de novos mercados, o crescimento das inovações tecnológicas e o avanço em todas as áreas da comunicação, inclusive informática e telecomunicações. Essas transformações trazem os meios de comunicação para o centro das mudanças, exigindo reflexões sobre produção, circulação e consumo de conteúdos. Brittos (2009) lembra que as empresas da mídia se movimentam entre poderes políticos e econômicos, e ante as pressões sociais. O autor argumenta: “Sobre a mídia recaem pressões políticas, dos grupos econômicos e da sociedade. Mas essas pressões são totalmente desequilibradas, com o pêndulo a favor dos dois primeiros” (2009, p. 26).

Mosco (2009) apresenta uma lista de interesses dos estudos em EPC: as empresas de comunicação, o papel do Estado, as conexões entre os setores empresariais estatais, os vínculos entre economia política da comunicação e economias políticas global e nacionais. Temas mais recentes têm abordado as conexões entre a produção, o discurso e a recepção; a relação entre poder de classe, gênero e etnia; o significado das mudanças estruturais dentro e entre as indústrias de comunicação; as consequências para o trabalho; as relações entre a comunicação privada, estatal e pública.

Para Mosco (1999) a EPC tem se destacado por estudar as estruturas responsáveis pela produção, distribuição e troca de produtos de comunicação, os conteúdos dos meios e por observar a importância da regulação do mercado da comunicação. O autor afirma que a ênfase dada às estruturas e conteúdos dos meios é compreensível à luz da importância que adquirem as companhias mundiais de comunicação.

² Para ver mais: MARQUES DE MELO, J. **Brasil Democrático: Comunicação e Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011.

Com relação aos temas da vertente crítica mais diretamente ligados à comunicação estão o crescimento da mídia e a crescente importância de sua mediação para a vida pública contemporânea; a extensão do domínio das corporações - seja como proprietários dos conglomerados de mídia ou de forma indireta como patrocinadores ou anunciantes; a mercantilização da produção cultural e as mudanças no papel da intervenção do estado e dos governos.

Para Martino (2005, p.1), a partir dos anos de 1980 e de forma mais clara nos anos 1990, a comunicação se torna “mais pródiga de assuntos e abordagens diversas, decorrência natural do abandono do lastro das determinações metodológicas pregadas pelos primeiros positivistas”. Essa fase marca uma ampliação das problemáticas. A busca de incluir novos enfoques, permitiu o surgimento e crescimento de novas abordagens como a EPC, a pragmática, a etnografia da comunicação, os estudos das recepções das mensagens, entre outros. Assim, a EPC se apresenta, a partir das últimas décadas do século XX, como uma concepção não exclusiva para uma compreensão dos papéis que assumem os meios de comunicação de massa na contemporaneidade. Com o avanço do capitalismo de modo global e o papel central que os meios de comunicação adquirem, a EPC vem alcançando um inegável valor como linha de estudos possível.

O crescimento dos interesses de estudo em EPC aliado ao avanço das indústrias culturais nas últimas décadas fez surgir no campo da Economia Política diversos termos como “Economia Política da Cultura” e “Economia Política da Comunicação”. Dadas as especificidades dos bens simbólicos, estes termos ainda se ramificam como “Economia Política do Cinema” e “Economia Política do Jornalismo” – EPJ - esta, uma nova área especializada de estudo, na intersecção entre EPC e estudos de jornalismo (FRANCISCATO, 2013).

A proposta de uma Economia Política do Jornalismo é recente e parte do quadro teórico geral da EPC, que oferece ao jornalismo um mapa de abordagem de macro fenômenos e tendências que ajudam a compreender condicionantes, modelos e processo gerais. Para Franciscato (2013) pode-se visualizar que a EPC opere em um nível macro, descrevendo processos estruturais (mercantilização da informação e da cultura, formação de conglomerados, flexibilização de processos, etre outros) enquanto as

teorias do jornalismo operam em uma perspectiva predominantemente micro social do fenômeno (critérios de noticiabilidade, características do processo e do produto jornalístico, relação com o público e outras). “A construção de uma Economia Política do Jornalismo exige uma articulação refinada teórico-metodológica que alcance mais do que uma justaposição de perspectivas macro e micro sociais” (FRANCISCATO, 2013, no prelo). A preocupação é evitar uma perspectiva eclética de mera justaposição de conceitos ou quadros teóricos. Fazendo essa ressalva, Franciscato acredita na possibilidade real de construção de uma Economia Política do Jornalismo, que deve resultar do esforço coletivo das duas vertentes: EPC e teorias do Jornalismo.

6. Repensar a EPC: crítica até consigo mesma

Autocrítica incessantemente, as avaliações da EPC, especialmente em seu viés crítico, reconhecem o contributo da linha teórica, mas indicam que ela deve ser repensada e renovada de acordo com as transformações mais recentes. Essas observações partem da constatação de que a mudança social é onipresente e que as estruturas e organizações estão num processo de mudança constante.

Mais do que as quatro ideias centrais em Economia Política (mudança social, totalidade social, filosofia moral e *práxis*), repensar a EPC exige considerar a proposta de Mosco (2009), que apontou como mais útil pensar em “pontos de entrada” que ajudem a compreender os processos contemporâneos. Os pontos de entrada seriam três: 1) a mercantilização, 2) a espacialização e 3) a estruturação.

A mercantilização é o processo de transformar um valor de uso em valor de troca. Ou o processo de transformar bens e serviços valorizados por sua utilidade em mercadorias valorizadas por seu rendimento no mercado. O autor alerta que torna-se importante compreender como esse processo se estende aos produtos de comunicação.

A espacialização diz respeito às transformações que um determinado espaço sofre em um dado período de tempo. Envolve as pressões de reestruturação industrial, expansão, conquista de novos espaços empresariais. O crescimento e a concentração das indústrias de comunicação, por exemplo, são questões de estudo do ponto de vista da

especialização. Os primeiros estudos falavam de crescimento vertical e horizontal das empresas. Hoje já se cita várias outras formas de integração para estimular o crescimento do capital, como sinergia, aliança, acordos de *merchandising*, fusões, aquisições e outros (Mosco, 2009).

A estruturação avalia o processo pelo qual as estruturas se constituem mutuamente com a ação humana. Essa porta de entrada dá ênfase a estudar o poder, que pode estar tanto no grande veículo de comunicação como na audiência.

Mosco argumenta que avaliar os pontos de entrada abre a possibilidade de análises porque eles dizem respeito a transformações que estão acontecendo em várias áreas sociais, não são específicas da comunicação. Compreendê-las torna-se fundamental para entender a comunicação contemporaneamente.

Considerações finais

A perspectiva teórica da EPC dispõe de potencial explicativo para os fenômenos que se colocam nas comunicações de forma mais clara nestas primeiras décadas do século XXI. Por ser inclusiva, a EPC permite recorrer a várias explicações para que se estude os efeitos complexos de transformações contemporâneas que se interrelacionam como o avanço do capitalismo, o crescimento das comunicações e das tecnologias, a expansão dos mercados e a proliferação das indústrias culturais. Todos esses processos são atravessados pela comunicação e pelos produtos de comunicação.

Ainda que questionamentos sobre o socialismo possam representar um desafio para o marco teórico mais crítico da EPC, por outro lado, as dificuldades da teoria da modernização e dos projetos desenvolvimentistas, aliado as flagrantes desigualdades do capitalismo global, impulsionam esse mesmo olhar crítico nos estudos.

Em um cenário neoliberal, com transferência de autoridade econômica e política para agentes privados, com avanço da mercantilização em diversos processos e com a centralidade que os meios de comunicação adquirem, faz-se necessário buscar argumentos que se contraponham ao sucesso dos formatos neoconservadores, que

resgatem as análises sobre as relações de poder e que estejam atentos as condições de produção, distribuição e trocas nas indústrias culturais.

Com a crescente integração dos meios de comunicação na estrutura econômica mundial é necessário estudar o fazer comunicacional, empresas e produtos de comunicação, considerando as relações de poder que se expressam no sistema econômico, na cultura e nas suas interações, buscando compreender o papel dos meios de comunicação nos contextos atuais.

Referências

BECERRA, M. La television pública em América Latina: condicionantes y desafíos. In: DOURADO, J. L. (Org.). **Economia política do jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo**. Teresina: EDUFPI, 2013. No prelo.

_____. Muito além do futebol: comunicação, jornalismo e TV. **Revestrés**, 6. ed. janeiro/fevereiro de 2013. pp-64-65.

BOLAÑO, C. Desafios da economia política da informação, da comunicação e da cultura frente às inovações tecnológicas e à mudança social: a atual batalha epistemológica do pensamento crítico latino-americano. In: BRITTOS, V.C. (Org.). **Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Unisinos, 2008. p-59-75.

_____. **Indústria cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Polis, 2000.

BRITTOS, V. C. Digitalização, democracia e diversidade na fase na multiplicidade da oferta. In _____ (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania: convergências Brasil e Moçambique**. São Paulo: Annablume, 2009. p.17-29.

CLEMENT, W.; WILLIAMS, G. **The new canadian political economy**. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1987.

DOURADO, J. L. **Rede Globo: mercado ou cidadania?** Teresina: EDUFPI, 2011.

FONSECA, V. P. S. **O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FRANCISCATO, C.E. Possibilidades da Economia Política do Jornalismo nas interfaces entre estudos sobre jornalismo e Economia Política da Comunicação. In:

- DOURADO, J. L. (Org.). **Economia política do jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo**. Teresina: EDUFPI, 2013. No prelo.
- GOLDING, P.; MURDOCK, G. Culture, communications and political economy. In CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (Orgs.) **Mass media and society**. Londres: Arnold, 2000, p. 70-92.
- MARQUES DE MELO, J. **Brasil Democrático: comunicação e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011.
- MARTINO, L.C. Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação. In **XIV Compós: Niterói/ RJ, 2005**.
- _____. (Org.). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** São Paulo: Ateliê, 2007.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2010.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. Parte III. In _____. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1977.
- MOSCO, V. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade 1: cadernos do Noroeste, Braga, v.12, n1/2, p. 97-120, 1999**.
- _____. **La economia política de La comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch, 2009.
- SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **História da análise econômica, v.1**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- TEIXEIRA, A. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Revista Econômica, V.2, N.4, Dez-2000, p. 85-109**. Disponível em <http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/5-aloisio.pdf> (acesso em 20/01/2013).
- WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo Martins Fontes, 2008.
- ZAIAT, A. **Economia a contra mano: como entender la economia política**. Buenos Aires: Planeta, 2012.